



Acesse o PDF da Sinopse de Notícias no site da 7ª CCR e na Intranet

Sexta-feira (20/09) a Quinta-feira (26/09)

Manchetes

G1: Monitor da Violência: dois anos depois, nenhum caso de morte cometida por policial foi a julgamento

G1: Resultado de inspeção aponta irregularidades em cinco presídios no Pará

Brasil de Fato: Em presídio feminino no Pará, presas tiveram de sentar seminuas em formigueiro

O Globo: Comissão Interamericana notifica governo para garantir tratamento digno em presídio do Rio de Janeiro

Folha de S. Paulo: Grupo de trabalho da Câmara rejeita proposta de Moro para excludente de ilicitude

Folha de S. Paulo: Entidades internacionais se manifestam sobre morte de Ágatha

O Estadão: MPRJ diz estar atento à política de segurança pública adotada no estado

MPF: Câmara de Controle Externo da Atividade Policial do MPF considera política de segurança do RJ incompatível com Estado Democrático de Direito

MPF: Mecanismo de combate à tortura recomenda e MPF pede urgência para garantir saúde e perícias de presos no Pará

MPF: CNMP publica revista e dados sobre sistema prisional e controle externo da atividade policial

CNMP: Comissão do CNMP apresenta relatórios de visitas realizadas no sistema prisional do Acre, Amazonas, Pernambuco e Rio Grande do Norte

Síntese das notícias

Monitor da Violência: dois anos depois, nenhum caso de morte cometida por policial foi a julgamento: Os casos de mortes cometidas por policiais e acompanhadas pelo Monitor da Violência desde 2017 são os que menos caminham na polícia e na Justiça, apontam os dados publicados pelo G1 neste domingo (22). Das 1.195 mortes analisadas pelo Monitor da Violência, 67 ocorreram nestas circunstâncias (5,6% do total). A grande maioria dos policiais que causaram as 67 mortes analisadas não responde até agora aos casos na Justiça nem foi denunciada pelo Ministério Público. Apenas 6% foram denunciados e são réus, contra cerca de 25% na média geral das 1.195 mortes. Além disso, dois anos depois, nenhum caso foi a julgamento. Em 16% dos casos, os inquéritos policiais foram arquivados sem que o caso fosse levado à Justiça, sendo que a média



geral é de 6%. As prisões também ocorreram em pouquíssimos casos — 3%, contra 22% no geral. Cláudio Cabral, promotor do Ministério Público do Maranhão, também diz que poucas mortes causadas por policiais têm andamento na Justiça por conta do tratamento inicial dos casos nas delegacias. "Quem recebe o caso na delegacia de polícia entende que a morte aconteceu no estrito cumprimento do dever legal, então não vai investigar. Tem que registrar e apurar. Vestígios, indícios de execução deviam ser investigados..."

Fonte: G1 (23/9/2019). <https://glo.bo/2miYHRr>

Resultado de inspeção aponta irregularidades em cinco presídios no Pará:

Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) antecipou resultado das inspeções feitas em cinco casas penais do Pará. O órgão detectou diversas irregularidades que ocorriam nos presídios paraenses como falta de material de higiene básica, superlotação de celas, alagamento, detentos utilizando o mesmo uniforme há 45 dias e descalços, internos com tuberculose e doença de pele dividindo cela com alagamento, dormindo no chão, sem calção, lençol ou toalha. Segundo a divulgação, foi constatado que alguns presos apresentavam marcas de disparos de armas com munição de borracha no corpo. De acordo com o MNPCT, o relatório completo será divulgado em 30 dias, mas a entidade cobra que seja feita uma atuação articulada do Poder Executivo e a Justiça do Pará para impedir a prática de tortura e o planejamento de ações de curto e médio prazo para evitar o que chama de "tratamentos cruéis desumanos e degradantes".

Fonte: G1 (25/9/2019). <https://glo.bo/2ITTCQ3>

Em presídio feminino no Pará, presas tiveram de sentar seminuas em formigueiro:

As detentas do Centro de Reeducação Feminino de Ananindeua, região metropolitana de Belém (PA), foram acordadas às 4 horas da manhã do dia 4 de setembro por homens da Força Tarefa de Intervenção Penitenciária (FTIP), em sua primeira intervenção no presídio. A vistoria foi permitida com base em uma decisão do juiz da quinta Vara Federal a partir de uma Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal (MPF). Humilhação, espancamento com cassetetes e socos são práticas descritas pelas presas como comuns por parte dos homens da FTIP. Da série de violações, o representante da Comissão de Direitos Humanos (CDH) da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Pará José Maria Vieira conta que os agentes chegaram até a obrigar as presas a sentar em cima de um formigueiro que existe no meio do pavilhão. As violações de direitos humanos constam no Relatório de Inspeção Carcerária do Centro de Reeducação Feminino de Ananindeua, elaborado pela CDH/OAB do Pará, a partir de inspeção realizada nos dias 11 e 12 de setembro.

Fonte: Brasil de Fato (26/9/2019). <http://bit.ly/2mXLyxP>

Comissão Interamericana notifica governo para garantir tratamento digno em presídio do Rio de Janeiro: O governo brasileiro recebeu notificação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) sobre a necessidade de implementação de



uma série de medidas na Penitenciária Evaristo de Moraes, em Benfica, para melhoria da saúde e dignidade dos presos. Até o dia 24 de julho passado, foram registradas 13 mortes na unidade. Em dez anos, de 2008 a 2018, foram 142. A Comissão requer ao país, entre outras iniciativas, a adoção das providências necessárias à proteção à vida, à integridade pessoal e à saúde, além de ações imediatas de redução da superlotação que está em 252,17%. Este é o segundo presídio do estado condenado pela Corte Interamericana. Em dezembro passado, a entidade já havia proibido novos presos no Instituto Penal Plácido Sá Carvalho, no Complexo de Gericinó, em Bangu, onde 70 detentos morreram em três anos.

Fonte: O Globo (24/9/2019). <https://glo.bo/2IL4dwr>

Grupo de trabalho da Câmara rejeita proposta de Moro para excludente de ilicitude:

Os deputados que analisam o pacote anticrime do ministro Sergio Moro (Justiça) rejeitaram nesta quarta-feira (25) a proposta que poderia livrar de punição agentes que cometessem excessos por “medo, surpresa ou violenta emoção”, o que abriria espaço para abuso policial, na avaliação de especialistas. O excludente de ilicitude trata de possibilidades em que o crime é excluído mesmo quando atos ilícitos são cometidos. A proposta de Moro buscava alterar o artigo 23 do Código Penal, que delineia como causas de exclusão de ilicitude o estado de necessidade, a legítima defesa e o estrito cumprimento do dever legal ou exercício regular de direito. Os deputados do grupo de trabalho também retiraram do pacote um trecho que alterava o artigo 25 do código penal, sobre legítima defesa. A proposta de Moro estendia a possibilidade para agentes que, em conflito armado, prevenissem agressão a seu direito ou de outra pessoa. O item foi suprimido e os parlamentares apoiaram um trecho que considera legítima defesa agente que repele agressão ou risco de agressão a vítima mantida refém durante a prática de crimes. O grupo votou a favor de emenda que endureceu as regras para progressão de regime de reincidentes condenados por crimes hediondos ou que resultem em morte. Os deputados também já incluíram no texto a figura do juiz de garantias, que instrui o processo mas não julga. O grupo também respaldou a criação do juiz sem rosto, que protege a identidade do magistrado envolvido em julgamentos de crimes cometidos por facções e milícias.

Fonte: Folha de S. Paulo (25/9/2019). <http://bit.ly/2IPD8s3>

Entidades internacionais se manifestam sobre morte de Ágatha: O assassinato da estudante Ágatha Félix, 8, provocou a reação de entidades internacionais, como o Fundo das Nações Unidas para a Infância no Brasil (Unicef Brasil) e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA). O Unicef Brasil declarou, em nota, que “apela para o compromisso de proteger o direito à vida de cada menina e menino, de prevenir homicídios e de priorizar a investigação das mortes violentas de crianças e adolescentes”. A CIDH exigiu a identificação e a definição de responsabilidades pela morte da estudante. A ONG Justiça Global apresentou, junto com



oito entidades que atuam em favelas no estado, uma denúncia contra o governador do RJ à alta-comissária da ONU para os Direitos Humanos, a ex-presidente do Chile Michele Bachelet. No texto, a entidade afirma que a morte da menina é “diretamente relacionada à bárbara política de segurança pública conduzida pelo governo do Rio de Janeiro”. A OAB-RJ afirmou em nota no sábado (21) que a morte da menina “vem se somar à estatística de 1.249 pessoas mortas pela polícia nos oito primeiros meses do ano”. “O Ministério Público, que detém o dever constitucional de exercer o controle externo da atividade policial, também está atento à política pública de segurança que vem sendo adotada. O MPRJ, por meio do seu centro de pesquisas (CENPE/MPRJ), vem elaborando um minucioso estudo sobre o tema para que a atual política de segurança seja cuidadosamente analisada, para que tragédias como essa não se repitam”, diz a nota.

Fonte: Folha de S. Paulo (23/9/2019). <http://bit.ly/2mbkUBd>

MPRJ diz estar atento à política de segurança pública adotada no estado:

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) vai acompanhar as investigações conduzidas pela Polícia Civil para identificar as circunstâncias da morte da menina Ágatha Félix, de 8 anos, no Complexo do Alemão, e do policial Leonardo Oliveira dos Santos, morto no interior de uma viatura, em Niterói. A instituição disse, em nota, que está atenta à política pública de segurança que vem sendo adotada no Estado.

Fonte: O Estadão (23/9/2019). <http://bit.ly/2mGvZub>

Câmara de Controle Externo da Atividade Policial do MPF considera política de segurança do RJ incompatível com Estado Democrático de Direito: A Câmara de Controle Externo da Atividade Policial e Sistema Prisional do Ministério Público Federal (7ªCCR/MPF) divulgou, quarta-feira (25), Nota Pública que, em razão da morte da menina Ágatha Vitória Sales Felix, manifesta preocupação com a política de segurança pública que vem sendo desenvolvida no Rio de Janeiro. Segundo o texto, apenas este ano, mais de 1,2 mil pessoas morreram em decorrência de operações policiais, dentre as quais cinco crianças. Além disso, os confrontos resultaram na morte de pelo menos 45 policiais. Para a 7ªCCR, uma política que apresente esses resultados não pode ser considerada “eficiente e compatível com o Estado Democrático de Direito”.

Fonte: MPF (25/9/2019). <http://bit.ly/2mLHINj>

Mecanismo de combate à tortura recomenda e MPF pede urgência para garantir saúde e perícias de presos no Pará: O Ministério Público Federal enviou nesta terça-feira (24) ofícios a órgãos públicos para que sejam tomadas providências urgentes que garantam tratamento de saúde, realização de perícias e regularização de serviços básicos a pessoas presas em penitenciárias da região metropolitana de Belém (PA). As requisições citam recomendações do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT), que inspecionou as unidades prisionais na semana passada e, nesta segunda-feira (23), enviou ofício ao MPF em que manifesta “preocupação em relação a graves violações de direitos humanos” identificadas nas inspeções. Os ofícios emitidos



pelo MPF fazem parte de investigações abertas pela instituição desde que passou a receber denúncias de violações a normas nacionais e internacionais no tratamento dos presos atribuídas à Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária (FTIP), cujos trabalhos no Pará foram iniciados em agosto.

Fonte: MPF (25/9/2019). <http://bit.ly/2l5QrEg>

CNMP publica revista e dados sobre sistema prisional e controle externo da

atividade policial: O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), por meio da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP), publicou a [revista O Ministério Público e o Controle Externo da Atividade Policial – Edição 2019](#). A publicação apresenta as experiências, intersecção de políticas de segurança pública, analisa a crise no setor e a letalidade e vitimização policial. A CSP também disponibilizou o Projeto [Sistema prisional](#) militar em números e o Projeto [Controle externo da atividade policial](#) em números, com o objetivo de dar maior visibilidade e transparência ativa aos dados de sistema prisional e controle externo da atividade policial. As informações atualizadas e análises qualificadas são importantes para embasar a atuação dos membros do Ministério Público (MP) e para a formalização de políticas públicas voltadas ao sistema prisional e ao controle externo da atividade policial.

Fonte: MPF (24/9/2019). <http://bit.ly/2mH9N3b>

Comissão do CNMP apresenta relatórios de visitas realizadas no sistema prisional do Acre, Amazonas, Pernambuco e Rio Grande do Norte:

Nesta terça-feira (24), durante a 14ª Sessão Ordinária de 2019 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), o conselheiro Dermeval Farias apresentou os relatórios produzidos pela Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP), de visita temática de sistema prisional, controle externo da atividade policial de segurança pública aos estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Acre e Amazonas, ocorridos no primeiro semestre de 2019. De acordo com Dermeval, que também exerce o cargo de presidente da CSP, cada uma das visitas realizadas nesse período possibilitou vivências distintas pela Comissão, permitindo visualizar novas formas de atuação ministerial e boas práticas implementadas a partir do papel de centralidade e de catalisador de políticas do Ministério Público. O conselheiro destacou que, no [Rio Grande do Norte](#), a Comissão verificou a importância dada pela Administração Superior ao tema do sistema prisional, após a crise carcerária pela qual passou o Estado, com a instituição de um grupo específico de atuação e a criação de uma Promotoria de Justiça com atribuição para a tutela difusa da execução penal. Em [Pernambuco](#), destaque para as iniciativas internas do Ministério Público voltadas à potencialização do trabalho desempenhado por cada promotor de Justiça, a partir do Projeto Laboratório de Inovação (MP-LAB), iniciativa que busca prover a capacitação de inovação tecnológica necessária para apoiar a atuação ministerial. No [Amazonas](#), destaca-se a complexidade de todas as questões que tangenciam o sistema prisional e que acabam por, em alguma medida, nele

SINOPSE DE NOTÍCIAS



desaguar. Por fim, salienta Dermeval, “no que tange ao Estado do [Acre](#), registro as brilhantes iniciativas, identificadas a partir do projeto Promotoria Modelo e do Observatório de Análise Criminal do Núcleo de Apoio Técnico do Ministério Público Estadual, que, baseadas em gestão de processos e utilização de dados para subsidiar a atuação ministerial, evidenciam um novo panorama de exercício das atribuições do promotor de Justiça, alinhadas e direcionadas pelas análises de cenários e indução de políticas públicas”.

Fonte: CNMP (24/9/2019). <http://bit.ly/2mHmMSt>